

Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945)

Ricardo Luiz de Souza

Resumo

O texto busca traçar uma síntese das diretrizes ideológicas da Revolução de Trinta e, mais especificamente, do Estado Novo, e mostrar como tais diretrizes embasaram o projeto cultural prevalecente no período. Tentando situar as origens e significados de tais diretrizes, busca, também, demonstrar como o debate sobre a identidade nacional fundamentou tal projeto e situou-se nas origens da própria ideologia autoritária.

Palavras-Chave: Ideologia, Cultura, Identidade Nacional.

Abstract

The text searches to trace a synthesis of the ideological lines of direction of the Revolution of Thirty and, more specifically, of the New State, and to show as such lines of direction had based the cultural project prevalecent in tehe period. Tryng to point out the origins and meanings of such lines of direction, it searches, also, to demonstrate as the debate on the national identity based such project and was placed in the origins of the proper authoritarian ideology

Key-words: Ideology, Culture, National Identity.

Origens do Autoritarismo

Registra-se no processo político brasileiro um paradoxo recorrente: o liberal descrente quanto à viabilidade do liberalismo, o que termina aproximando-o do autoritarismo. Isto porque o liberalismo brasileiro padece de um defeito crônico: apesar de proclamar sua fé na democracia mantém constante sua descrença na maturidade popular e no povo como fiador do processo democrático. Esta descrença seria herdada, após o fim do Estado Novo, pela UDN, partido que, como acentua D'Araújo, sustentou a *crença na capacidade superior das elites, bem como no despreparo político e na imaturidade do povo, que o deixariam na condição de ser educado e conduzido* (D'Araújo,1982:110). Deter-me na análise do papel desempenhado pela UDN levaria além do plano de trabalho traçado, mas ajuda a esclarecer o período aqui estudado mostrar como o partido herdeiro do liberalismo e do antigetulismo terminou por comungar dos mesmos conceitos autoritários que moldaram os anos 30, e que já determinavam as diretrizes do pensamento liberal mesmo no período anterior à Revolução.

O liberal pessimista quanto ao povo e desconfiado quanto à política termina, finalmente, mantendo um flerte com o autoritarismo que terminou, não raro, em casamento. O liberalismo seria o regime a ser adotado se tivéssemos um povo que o compreendesse: é a conclusão presente na fala de um congressista no II Congresso do Partido Democrático, em maio de 1927, quando este afirma:

Os senhores falam na cultura do Brasil, falam no grau de civilização e no adiantamento da razão do eleitor brasileiro, mas se esquecem de que ele ainda não é bastante elevado para que ele compreenda os ideais do Partido Democrático estão acima dos interesses políticos. Perante o atraso do eleitorado do interior, esses interesses ainda não conseguem sobrepujar aos interesses da política (Prado, 1984:84).

Liberalismo e autoritarismo têm assim, como ponto em comum, uma concepção cujas origens são bem anteriores à Revolução de Trinta. Quando torna-se patente a necessidade de ruptura e reforma, elas devem ser feitas de forma a não colocar em risco o domínio das elites: *Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo* (Mercadante, 1980:64). Escrita em 1820, esta frase de Hipólito da Costa patenteia uma concepção historicamente recorrente. Nela, temos não apenas o desejo confesso por parte de membros das elites de manter o poder; temos, também, a descrença na viabilidade de um governo popular, nascida de uma perspectiva negativa em relação à identidade nacional.

E esta é uma concepção antiga. A incompatibilidade entre identidade nacional e democracia já é reconhecida no Império. Graham cita vários exemplos neste sentido e conclui:

Por baixo de sua insistência no princípio da autoridade há um profundo pessimismo sobre o Brasil e os brasileiros...O argumento de que faltava aos brasileiros a capacidade de liberdade com ordem constituiu a base de defesa de um governo autoritário (Graham, 1997:64).

O pessimismo quanto à identidade nacional manteve-se mas, a partir aproximadamente de 1870, as elites passam a receber sua parcela de culpa. A década de 1870- o bando de idéias novas mencionadas por Sílvio Romero- marca um momento de inflexão na cultura brasileira, um momento a partir do qual a intelectualidade passa a refletir sistematicamente sobre si própria e a atribuir às elites as culpas e responsabilidades que eram vistas antes como inerentes à nossa formação enquanto povo.

O atraso político e social brasileiro passa a ser visto como responsabilidade também das elites e os próprios políticos reconhecem suas responsabilidades. Um político da República Velha, como Manoel Vitorino, por exemplo, acentua ao referir-se aos descabros eleitorais: *É certo que todos fogem à responsabilidade desses espetáculos tão pouco edificantes, tanto os que votam como os que solicitam votos; mas todos são responsáveis* (Vitorino, 1981: vol. I. 144).

A responsabilidade das elites é especificada por Zaluar, ao descrever, no século XIX, o hipotético destino dos mestiços: *mal dirigidos serão, talvez, criminosos; aproveitados, serão heróis* (Zaluar, 1953:73). As elites são criticadas, principalmente, por não cumprirem seu papel pedagógico de esclarecimento e elevação do povo. Por si só, este é incapaz de escapar do atraso no qual se encontra; as elites, com olhos apenas para o além mar, permanecem alienadas em relação à sua missão. Chega-se a um impasse no qual o Estado termina sendo solicitado a intervir.

Identidade Nacional e Autoritarismo

A instauração da democracia, no Brasil, é considerada inviável pelos pensadores autoritários por inexistirem atores políticos que a concretizem. A inviabilidade da democracia derivaria da inexistência, ontem como hoje, desses *núcleos vivos e conscientes de trabalhadores rurais ou urbanos, dessas massas agrícolas disciplinadas e esclarecidas, de onde pudesse sair um corpo eleitoral capaz e responsável*, como já frisava Gilberto Amado em discurso de 1916. Derivaria, portanto, da inexistência

do povo como ator político, já que *a população como entidade política, ativa, militante, operando como corpo autônomo, consciente, ligado entre si através dos diversos Estados por interesses morais comuns- papel dos partidos nacionais, sobretudo nos países de regime federativos- não existe, nem pode existir ainda* (Amado,1979:76.144), como ele acentuaria oito anos depois. O autoritarismo no qual Amado desembocaria sem aqui, ainda, anunciá-lo é, claramente, não a solução ideal, mas a solução viável proposta por um liberal desiludido com o liberalismo; um liberal que descreve o liberalismo como um ideal inatingível.

E é uma perspectiva comum a liberais desiludidos e a autoritários convictos. Referindo-se a Plínio Salgado, Medeiros salienta: *Esta visão elitista do povo e das massas populares brasileiras como algo de indefinido, amorfo, volúvel e mesmo "monstruoso", é comum a todos os nossos ideólogos autoritários, sem exceção* (Medeiros, 1978:543).

Predominam, neste contexto, as leituras negativas da identidade nacional. As leituras do brasileiro feitas pelas elites apontam ora sua periculosidade, ora sua preguiça, ora sua futilidade infantil, mas devem ser interpretadas antes como leituras de um imaginário que de uma realidade empírica, e servem antes para conhecermos este imaginário que esta realidade (Chalhoub,1986:51). Dizem mais, portanto, sobre quem as produz que sobre o objeto de estudo em questão.

A identidade nacional ainda não está pronta. A nacionalidade brasileira está ainda por construir e esta é uma percepção comum aos anos 20. Lemos, por exemplo, na fundamental coletânea organizada, no período, por Vicente Licínio Cardoso: *Costuma-se dizer que o Brasil não tem ainda uma alma coletiva... Não podemos negar que nosso país não possua ao menos os dados imediatos para a formação dessa realidade psicológica donde resulta a existência de uma verdadeira nacionalidade* (Nogueira,1981:Vol.I.78).

A inexistência de uma identidade nacional traduz-se no conceito muito usual de país sem povo que por sua vez pode ser traduzido por país sem classe média: é como se tivéssemos ideólogos da classe média sem uma classe média para representar.

E sem povo, leia-se, sem classe média, não há como haver democracia.: lição aprendida, entre outros, por Oliveira Viana. Seria esta a contradição da política praticada por Pedro II, segundo um de seus biógrafos:

O Imperador teimava em querer-nos ensinar a governar uma democracia. Somente ele esquecia que faltava ao Brasil o principal requisito, que era, afinal, a própria democracia- daí dizer-se, com todo o fundamento, que ele levou cinquenta anos a fingir que governava um povo livre- seria talvez mais exato dizer, em vez de

um povo livre, um povo culto, porque a liberdade não pode existir onde não há cultura. E o Brasil de então não era, como não é ainda hoje e não será tão cedo, um povo culto (*Lyra, 1939: Vol. II. 174*).

A discussão sobre a identidade nacional é, assim, também a constatação de uma ausência. Como acentua Scwharcz, *não é de hoje que os intelectuais brasileiros se referem a uma certa carência cultural nacional, criticam a falta de tradição local ou lamentam a inexistência de singularidades que nos distinguam enquanto nação* (Scwharcz, 1997:50). Trata-se de uma constatação que independe de ideologias e não é patrimônio de um certo pensamento conservador. Lemos em **A Nação**, jornal publicado sob orientação do PCB, em 1927: *O homem, como a terra, ainda está em formação. Não há o brasileiro- um tipo definido. Há uma mistura desordenada de raças e sub-raças. O duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional* (Munakata, 1984:70).

Se a missão do autoritarismo é construir uma identidade, tal construção deve caminhar junto à edificação de uma tradição política. Na perspectiva autoritária, ocorreu um fracasso na tentativa de criação de uma tradição política que, ao mesmo tempo, origine-se das bases da nacionalidade e a represente. Neste sentido, o autoritarismo brasileiro não é necessariamente tradicionalista: ele busca, antes, suprir a falta desta tradição.

É preciso, ainda, não confundirmos autoritarismo com a mera defesa das tradições ou com o reacionarismo puro e simples: o autoritarismo pode adotar uma perspectiva francamente modernizante, principalmente em termos econômicos e, neste sentido, Almond e Powell distinguem entre o que chamam de sistema autoritário conservador estabilizador, citando a Espanha como exemplo, e sistema autoritário modernizante, mencionando, neste caso, o Brasil (Almond & Powell, 1972: 171). Ao mesmo tempo, regimes políticos tão distintos como o soviético e o japonês buscaram apoio, nos anos 30, em uma ética coletivista de forte cunho nacionalista- no caso soviético, voltada para uma idade de ouro futura e, no caso japonês, embasada em uma idade de ouro pré-moderna- ambos os regimes, contudo, buscando amparo em uma certa identidade nacional para seus projetos e ideologias (Black, 1995:155). Finalmente, regimes autoritários tendem ao conservantismo em assuntos principalmente ligados à família e à esfera comportamental. O autoritarismo, comumente, tende a um certo puritanismo. Adversários da República, durante a Guerra Civil Espanhola, por exemplo, associaram a aprovação do divórcio, efetuada pelo governo republicano, ao aumento das taxas de criminalidade e delinquência nos países onde ele foi implantado (Phillips, 1991:202).

E o resgate da tradição popular completa o tripé formado pela construção da identidade nacional e a edificação da tradição política. Busca-se uma pureza e autenticidade popular capaz de funcionar como base e síntese para a identidade nacional, busca que caracteriza, por exemplo, nossas pesquisas folclóricas (Vilhena, 1997:28).

Se este resgate leva, comumente, à uma perspectiva idílica das relações comunitárias a partir da qual mantém-se o mito do homem cordial se dá, entretanto, de forma contraditória, já que, ao mesmo tempo, busca-se uma identidade alheia e mesmo hostil à vulgaridade popular e as próprias cidades são construídas a partir desta busca, afastando-se as camadas populares das áreas nobres e desqualificando geograficamente suas atividades de lazer.

As classes populares são excluídas, mas as elites e o Estado são criticados por não cumprirem sua função pedagógica em relação a elas. Escrevendo na segunda metade dos anos 10, Amadeu Amaral critica não apenas o distanciamento entre Estado e nação, mas também o fato do Estado não cumprir sua função civilizadora, aperfeiçoando e educando o homem, limitando-se a elaborar leis que, em si, nada valem. Para o autor, *as instituições vigentes, nas leis, são uma coisa: na realidade viva são outra coisa muito diversa. O povo não tem a mínima interferência voluntária na vida do país, é um portador de cédulas, cujos olhos se vedam, que se leva pelo braço, se engana e se escarnece* (Amaral, 1976:17). E ele conclui: *O distanciamento entre Estado e nação é exemplificado pelo abandono a que é relegado o caipira, justo ele que é o cerne de nossa gente, o resumo das nossas melhores qualidades, o índice das nossas energias, a base e o cimento da nossa formação* (Amaral, 1976:35). Amaral inverte o raciocínio habitual: o problema situa-se no Estado, que ele simboliza na ação do fisco, ao mesmo tempo desorganizado e brutal, e não no povo, injustamente chamado de preguiçoso e incapaz (Amaral, 1976:123).

O esclarecimento da população não pode, contudo, degenerar em anarquia, ou seja, em contestação ao domínio das elites. É o medo à esta contestação que fundamenta, por exemplo, o anti-abolicionismo. Retirando a proteção do senhor e dando ao escravo uma liberdade indevida, esta liberdade degenera em anarquia. Isso porque a liberdade, ao transformar-se em anarquia, ameaça não apenas a ordem, mas a própria identidade da nação. Trata-se de garantir a ordem para manter a identidade, imobilizar para permanecer; não é, de resto, um conceito novo. Já o encontramos no Barroco (Maraval, 1997:226).

O Estado Novo acentua um processo de inversão que teve início, portanto, ainda durante o Império. Seguindo e ampliando tal tendência ocorre, durante o Estado Novo, um processo de valorização do popular que

inverte a tradicional atribuição dos problemas do país à própria identidade nacional. É esta, pelo contrário, que passa a ser valorizada enquanto as elites tornam-se alvos de críticas por não encarnarem- ao contrário do povos- as virtudes inerentes à identidade brasileira e, ao mesmo tempo, não refletirem sobre ela. Foram criticadas, como lembra Capelato, por seu distanciamento em relação à "alma nacional" (Capelato, 1998:139).

O sistema partidário predominante na República Velha passa a simbolizar, na sua falta de representatividade política, o fracasso e a alienação das elites. Diniz localiza na República Velha as raízes do sentimento anti-partidário predominante após 1930, quando consolida-se a noção segundo a qual *representando a primazia dos interesses privados, os partidos seriam contrários ao bem público, que só poderia ser preservado pela ação de líderes providenciais ou pela contribuição de um Estado forte capaz de sobrepor-se ao jogo das facções* (Diniz, 1989:324).

Ao afirmar: *façamos a Revolução antes que o povo a faça*, Antônio Carlos busca delimitar os objetivos da revolução de 1930: trata-se, para ele, de uma reforma política que não busca e não deve chegar à reforma social (Faoro, 1985: vol. II.683). Cabe ao Estado não apenas impulsionar a mudança, mas mantê-la sob controle, permitir a modernização, mas também assumir sua gerência, controlando seu ritmo e seus efeitos.

A manutenção de tais controles sócio-políticos gerou limites à transformações sócio-econômicas: a revolução, segundo Soares, não foi social nem implicou em modificações profundas na infra-estrutura econômica, embora tenha contribuído para acelerar o processo de industrialização (Soares, 1973:37).

O Estado assume, de qualquer forma, as funções de tutor e tradutor; pode arrogar-se o cargo de tutor da nação porque é capaz de traduzir a alma do povo e encarná-la em sua própria essência. Acima do formalismo democrático, a identificação entre nação e povo torna-se essencial. O Estado Novo exprime a essência da nação e retira daí sua validade. Sendo o único intérprete autorizado da identidade nacional qualquer outra tentativa de interpretação torna-se espúria: a existência de partidos políticos, neste contexto, torna-se não apenas desnecessária como anti-nacional, pelo fato de diferentes partidos representarem, pelo menos potencialmente, a existência de interpretações desta identidade contrárias à interpretação real. Cabe aos intelectuais, segundo Vargas, transformarem-se em agentes construtores desta interpretação, codificando-a e, neste processo, assumindo a tarefa de emancipação cultural.

Homogeneidade e Ambiguidade

É a partir do momento, portanto, que o Estado Novo compreende e reflete a identidade nacional, criando um arcabouço legal que busca adequar-se às suas características, que ele pretende capacitar-se a realizar a tarefa mais ampla de construção nacional: o Estado, personificando a identidade nacional, edifica uma nação à imagem desta identidade.

A construção do Estado Novo é percebida não apenas como um projeto político, mas busca adquirir, desde o início, uma perspectiva mais ampla de refundação do país a partir da reconstrução de seu povo. Para tanto, o Estado deve funcionar como tutor do povo, protegendo-o de elementos capazes de impedir sua adaptação ao projeto estatal que, no final de seu percurso, deveria deixar como legado um povo enfim maduro e apto para a prática política responsável. O projeto político estatal deve, portanto, moldar o povo para adequar-se a ele e caberia, ao povo, adaptar-se a tal projeto. Segundo Carneiro, *a elite dos intelectuais que escreveram neste período pregava a necessidade de se "abrasileirar a República" e de se construir uma consciência nacional* (Carneiro, 1988:123). Este é um projeto que caberia ao Estado desenvolver em nome de uma sociedade tutelada.

A busca da homogeneidade dá-se, também, no plano étnico e, aqui, o padrão desejado é o do progressivo embranquecimento da população. Desta forma, um decreto de 1938 declara que *atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia* (Bergman, 1976:181).

Não se trata, contudo, de uma simples recusa à diferença e, sim, de uma tentativa de integração desta diferença- no caso, a diferença racial- à um padrão dominante e tido como superior- no caso, a raça branca. A questão racial, no Estado Novo, pauta-se pela assimilação de diferenças a partir deste padrão dominante.

O autoritarismo caracteriza-se pela recusa à diferenciação e pela tendência à busca da homogeneidade. Minorias tendem a ser rejeitadas em nome de um modelo político, social e cultural que busca o consenso. A recusa à alteridade implica, por sua vez, na recusa ao conflito, que passa a ser visto como um desafio e não como direito à divergência. Com isto, o poder autoritário recusa a mudança e tende ao imobilismo: mudanças são aceitas apenas na medida em que são passíveis de controle por parte do regime. Qualquer tentativa de mudança que tenha origem externa ao sistema é vista como desafio à manutenção do poder autoritário e tratada como tal. Isto implica em uma rigidez política que leva à potencialização de conflitos que, em um regime democrático, seriam encarados como parte do cotidiano

político e à contínua criação de impasses em situações que, neste regime democrático, seriam perfeitamente solucionadas dentro das regras do jogo político.

Conflitos, entretanto, não desaparecem em um passe de mágica; pelo contrário, tendem a aprofundar-se quando são sufocados, aprofundando o impasse que o originou e gerando mais repressão, em um processo sintetizado por Kolakowski:

Como os conflitos sociais não seriam completamente eliminados mas apenas sufocados pela repressão, dissimulados pela fraseologia ideológica, eles procurariam se exprimir pelos caminhos mais diversos: as formas de organização social mais inofensivas poderiam se transformar efetivamente em centros de oposição, desde que elas não se achem mais sobre a fiscalização da polícia (Kolakowski, 1985:151).

A integração de divergências e divergentes à um padrão dominante faz-se sentir no setor trabalhista, onde os trabalhadores são incorporados à um novo discurso que passa a reconhecer seus direitos e sua existência como atores sociais embora, como atores políticos, caiba a eles uma atuação essencialmente tutelada. Aqui, discurso nacionalista e reconhecimento de direitos trabalhistas caminham juntos: trata-se de fortalecer a industrialização a partir de uma perspectiva de inserção no cenário internacional que não implique em rompimento com o capital internacional e trata-se, também, de reconhecer os direitos trabalhistas a partir do reconhecimento pleno da vigência do sistema capitalista.

O Estado Novo é ambíguo em relação à tradição. Se afirma ter um compromisso a honrar com o passado e com as tradições nacionais, faz questão de ressaltar, também, seu compromisso com a modernidade. É uma ambiguidade que fica clara quando o Ministro do Trabalho afirma: *Devemos, sem dúvida, buscar inspiração no passado e reler documentos que nos legaram os nossos maiores e honram as nossas tradições. Mas precisamos lembrar que eles desprendem de períodos que em seu conjunto continham erros irreparáveis, que ainda pagamos* (Almino, 1980:25).

O Estado Novo é ambíguo, igualmente, ao afirmar-se como transitório e defensor da democracia. Ele afirma sua própria transitoriedade e Vargas é o primeiro a reconhecê-la, ao defini-lo como uma experiência transitória e excepcional; não como um regime definitivo, mas como um caminho feito de sacrifícios (Almino, 1980:265). É uma característica do autoritarismo brasileiro definir-se como um interregno em meio à regimes democráticos e como uma salvaguarda para a própria democracia, embora esta seja sempre a primeira a ser sacrificada. O objetivo anunciado não é, nunca, suprimir a democracia e, sim, restaurá-la em um momento oportuno, quando ela poderá ser exercida a salvo de seus inimigos e a salvo dos

conflitos capazes de dissolvê-la; tais conflitos não são passíveis de resolução em um regime democrático e apenas o autoritarismo é capaz de resolvê-los.

Acena-se, assim, com o que se considera o melhor dos mundos: uma democracia livre de riscos e conflitos. O discurso, porém, não combina com a prática, e o Estado Novo busca, na prática, a continuidade e a permanência, e não a transição; esta tem que ser articulada por setores externos ao regime, de tal forma que seu fim transforma-se em uma solução imposta e não pretendida pelo regime que, acuado, busca herdeiros, afinal vitoriosos pela via eleitoral, o que levaria a então oposição a buscar, por sua vez e por fim, a solução autoritária, novamente definida como transitória.

O discurso autoritário toma a democracia como tema fundamental e em momento algum a nega, limitando-se a adjetivá-la, seja como democracia autoritária, como democracia renovada, como democracia orgânica, como democracia natural, como democracia boa, dependendo do autor que a defina. O autoritarismo pretende-se democrático e busca retirar a democracia da fraca tutela de um liberalismo incapaz de protegê-la. Tais adjetivos são listados por Capelato, que menciona, também, o **Catecismo Cívico do Povo Brasileiro**, texto de divulgação e formação cívica editado em forma de perguntas e respostas no qual a pergunta *Não há, portanto, nenhuma incompatibilidade entre as idéias de democracia e de governo autoritário?* é respondida da seguinte forma:

Nenhuma... Na democracia autoritária, é preciso que o Estado tenha poder para harmonizar todos os interesses particulares e submeter as conveniências dos indivíduos e dos grupos sociais às do bem coletivo. Em tais circunstâncias, é muito necessário que num regime democrático como o nosso, a autoridade do governo seja ampla (Capelato,1998:159).

As palavras básicas do texto acima são submissão e harmonia. Os interesses particulares são legítimos apenas na medida em que enquadrem-se na harmonia social cujas diretrizes são estabelecidas não por estes interesses ou pela sociedade da qual fazem parte, mas pelo Estado, e são vistos como nocivos e ilegítimos quando buscam contestar, de uma forma ou de outra, tal harmonia. Cabe a tais interesses, portanto, submeterem-se ao projeto estatal; não cabe ao Estado submeter sua ação à miríade de interesses particulares que constitui a sociedade civil.

Para os ideólogos do Estado Novo, a essência democrática do regime deriva da estrutura corporativa da economia: esta o democratiza. Lemos, desta forma, em **Cultura Política**:

A disposição corporativa da economia nacional, inscrita nos cânones da Constituição de 10 de Novembro de 1937, sobrepondo às vontades individuais um sentido coletivo de disciplina, de ordem e

de responsabilidades, conferiu às entidades classistas uma verdadeira soberania do trabalho...Nos seus limites, toda a dinâmica do trabalho, ao invés de passar pelo filtro da representação política do povo, flui, deriva, procede diretamente do povo...democrática, profunda e intrinsecamente democrática, a Constituição de 10 de Novembro de 1937: decide o povo da sua organização política e resolve ele mesmo os destinos da sua economia e da sua produção (Oliveira, 1941:131).

É altamente representativo da pretensão democrática do Estado Novo, enfim- e de ser originalmente democrático- um trecho como este:

Realizando a concentração da autoridade e do poder público na figura do primeiro magistrado da nação, o novo regime antecipava, num mundo em desordem, a única fórmula possível de salvação da ordem democrática. Nunca se afastou do conteúdo jurídico do Estado Novo o sentido social da democracia, que é, em última análise, a própria vocação política da América (Peixoto, 1943:47).}

Elites e Intelectuais

E cabe ao Estado, ainda, assumir a função de agente criador das elites políticas. Segundo Costa, *os liberais, alguns políticos, as velhas elites receberam o golpe de Vargas com um sentimento de revolta* (Costa,1972:107) e o autoritarismo é visto por Vargas como uma possibilidade de renovação moral destas elites

Neste sentido, um ideólogo do regime como Azevedo Amaral propõe como objetivo a ser alcançado pelo Estado Novo a renovação das elites, e esta é posta em prática no regime Vargas através da preponderância do ensino técnico e da prioridade do ensino superior sobre o ensino elementar: medidas que visam explicitamente a esta renovação (Durand, 1991:12).

Tal renovação ocorre, ainda, no próprio bojo do processo revolucionário. A Revolução de Trinta leva a um processo de circulação e heterogeneização das elites ocasionado pela ampliação dos papéis desempenhados pelo Estado. Isto torna necessária, por sua vez, à ampliação das funções político-administrativas desempenhadas pelas elites emergentes, o que sistematiza, finalmente, a cooptação e participação das elites no desenvolvimento da ação estatal.

Com isto, o intelectual encontra um espaço de atuação no interior do regime e o utiliza plenamente, mas em um jogo no qual cada parceiro possui seus interesses específicos, já que também a Revolução e, mais

especificamente o Estado Novo, preocupa-se em delimitar a função política deste intelectual.

O Estado Novo corresponde à um período de mobilização ideológica alicerçada em toda uma produção cultural antenada com o regime ou, pelo menos, subsidiada por ele. O Estado vê na produção cultural um instrumento de legitimação e os produtores culturais vêm no Estado um elemento de apoio, mesmo que em meio à censura e supressão da liberdade de expressão. Como sintetiza Ortiz:

Com o advento do Estado Novo, o aparelho estatal encontra-se associado à expansão da rede das instituições culturais (criação do Serviço Nacional de Teatro), à criação de cursos de ensino superior, e também à elaboração de uma ideologia da cultura brasileira. A revista *Cultura e Política* foi, em 1941-1945, um órgão ideológico do Estado, no mesmo período em que o DIP exerceu suas funções de censura (Ortiz, 1984:80).

Cria-se, assim, um relacionamento ao mesmo tempo de incentivo e repressão entre Estado e produtores culturais, no qual o Estado vê na cultura um mecanismo de legitimação mas, ao mesmo tempo, uma fonte potencial de contestação, e os produtores culturais buscam- e frequentemente obtêm- as benesses do Estado, mas têm de conviver com a onipresente ausência de liberdade de expressão. }

Os objetivos do regime são, de qualquer forma, encampados por parcelas significativas da intelectualidade, mesmo quando esta atua de forma autônoma. Um exemplo é a criação, por parte de intelectuais paulistas como Cassiano Ricardo, Monteiro Lobato e Mário de Andrade, do grupo cultural *Bandeira*, grupo que assume como seus objetivos

Dedicar-se à interpretação do sentido da nossa história para, com suas conclusões, fazer instituições e iniciativas aderirem plenamente à realidade econômica e psíquica do país; dar uma função social à arte e à literatura, utilizando-as como processo de integração nacional; realizar, no setor do espírito, as atribuições que lhe forem conferidas pelo Estado (Ricardo, 1967:104).

Tal processo tem consequências concretas: os anos 30 assistem a uma sistematização da reflexão teórica sobre o Brasil que encontra apoio, ainda que interessado e tendencioso, no Estado, e tem reflexos no mercado editorial, como acentua Carone: *Daí a aparição de grande número de obras, ou coleções ou até editoras que se dedicam a assuntos brasileiros, do qual a Brasiliana é o exemplo mais sistemático e feliz* (Carone, 1976:209).

Guerreiro Ramos aponta a existência de três direções políticas no *extraordinário esforço de teorização política da realidade nacional*, quais sejam:

de responsabilidades, conferiu às entidades classistas uma verdadeira soberania do trabalho...Nos seus limites, toda a dinâmica do trabalho, ao invés de passar pelo filtro da representação política povo, flui, deriva, procede diretamente do povo...democrática, profunda e intrinsecamente democrática, a Constituição de 10 de Novembro de 1937: decide o povo da sua organização política e resolve ele mesmo os destinos da sua economia e da sua produção (Oliveira, 1941:131).

É altamente representativo da pretensão democrática do Estado Novo, enfim- e de ser originalmente democrático- um trecho como este:

Realizando a concentração da autoridade e do poder público na figura do primeiro magistrado da nação, o novo regime antecipava, num mundo em desordem, a única fórmula possível de salvação da ordem democrática. Nunca se afastou do conteúdo jurídico do Estado Novo o sentido social da democracia, que é, em última análise, a própria vocação política da América (Peixoto, 1943:47).}

Elites e Intelectuais

E cabe ao Estado, ainda, assumir a função de agente criador das elites políticas. Segundo Costa, *os liberais, alguns políticos, as velhas elites receberam o golpe de Vargas com um sentimento de revolta* (Costa,1972:107) e o autoritarismo é visto por Vargas como uma possibilidade de renovação moral destas elites

Neste sentido, um ideólogo do regime como Azevedo Amaral propõe como objetivo a ser alcançado pelo Estado Novo a renovação das elites, e esta é posta em prática no regime Vargas através da preponderância do ensino técnico e da prioridade do ensino superior sobre o ensino elementar: medidas que visam explicitamente a esta renovação (Durand, 1991:12).

Tal renovação ocorre, ainda, no próprio bojo do processo revolucionário. A Revolução de Trinta leva a um processo de circulação e heterogeneização das elites ocasionado pela ampliação dos papéis desempenhados pelo Estado. Isto torna necessária, por sua vez, à ampliação das funções político-administrativas desempenhadas pelas elites emergentes, o que sistematiza, finalmente, a cooptação e participação das elites no desenvolvimento da ação estatal.

Com isto, o intelectual encontra um espaço de atuação no interior do regime e o utiliza plenamente, mas em um jogo no qual cada parceiro possui seus interesses específicos, já que também a Revolução e, mais

especificamente o Estado Novo, preocupa-se em delimitar a função política deste intelectual.

O Estado Novo corresponde à um período de mobilização ideológica alicerçada em toda uma produção cultural antenada com o regime ou, pelo menos, subsidiada por ele. O Estado vê na produção cultural um instrumento de legitimação e os produtores culturais vêm no Estado um elemento de apoio, mesmo que em meio à censura e supressão da liberdade de expressão. Como sintetiza Ortiz:

Com o advento do Estado Novo, o aparelho estatal encontra-se associado à expansão da rede das instituições culturais (criação do Serviço Nacional de Teatro), à criação de cursos de ensino superior, e também à elaboração de uma ideologia da cultura brasileira. A revista *Cultura e Política* foi, em 1941-1945, um órgão ideológico do Estado, no mesmo período em que o DIP exerceu suas funções de censura (Ortiz, 1984:80).

Cria-se, assim, um relacionamento ao mesmo tempo de incentivo e repressão entre Estado e produtores culturais, no qual o Estado vê na cultura um mecanismo de legitimação mas, ao mesmo tempo, uma fonte potencial de contestação, e os produtores culturais buscam e frequentemente obtêm- as benesses do Estado, mas têm de conviver com a onipresente ausência de liberdade de expressão. }

Os objetivos do regime são, de qualquer forma, encampados por parcelas significativas da intelectualidade, mesmo quando esta atua de forma autônoma. Um exemplo é a criação, por parte de intelectuais paulistas como Cassiano Ricardo, Monteiro Lobato e Mário de Andrade, do grupo cultural *Bandeira*, grupo que assume como seus objetivos

Dedicar-se à interpretação do sentido da nossa história para, com suas conclusões, fazer instituições e iniciativas aderirem plenamente à realidade econômica e psíquica do país; dar uma função social à arte e à literatura, utilizando-as como processo de integração nacional; realizar, no setor do espírito, as atribuições que lhe forem conferidas pelo Estado (Ricardo, 1967:104).

Tal processo tem consequências concretas: os anos 30 assistem a uma sistematização da reflexão teórica sobre o Brasil que encontra apoio, ainda que interessado e tendencioso, no Estado, e tem reflexos no mercado editorial, como acentua Carone: *Daí a aparição de grande número de obras, ou coleções ou até editoras que se dedicam a assuntos brasileiros, do qual a Brasileira é o exemplo mais sistemático e feliz* (Carone, 1976:209).

Guerreiro Ramos aponta a existência de três direções políticas no *extraordinário esforço de teorização política da realidade nacional*, quais sejam:

Uma direção acadêmico-normativa...na linha de que se acreditava ser possível a salvação da sociedade através da tutela das massas exercida pelos mais esclarecidos...Uma direção indutiva, na qual incluo aqueles que, quase sempre desprovidos de instrumentos metodológicos de rigor científico, conseguiram, apesar disto, captar alguns aspectos essenciais dos acontecimentos; uma direção pragmático-partidária (Ramos, 1957:68).

O incentivo à atividade cultural tem o mesmo objetivo que a preocupação com a questão social: trazer ambas para a órbita do Estado, mantendo-as sob controle. Neste sentido, a política de cooptação, coerção e controle que caracterizou o regime autoritário sinalizou a atuação deste nas esferas cultural e trabalhista: em ambas, assistimos uma expansão controlada de órgãos ligados aos intelectuais e aos trabalhadores, a partir do que Erickson chama de *selective controls included concentration camps* nos quais, como lembra o autor, um escritor como Graciliano Ramos encontrou material para escrever suas memórias (Erickson,1977:19). Se Graciliano e outros foram presos e exilados, contudo, cooptações seletivas atuaram lado a lado com tais controles seletivos, atraindo para a esfera estatal de autores assumidamente conservadores como Cassiano Ricardo e Azevedo Amaral-naturalmente antenados com o regime- a intelectuais de esquerda e próximos, em um momento ou outro e de uma forma ou de outra ao PCB, como Portinari e Carlos Drummond de Andrade.

Há, desta forma, um ponto em comum na forma como o regime posicionava-se perante os trabalhadores e os intelectuais: em ambos os casos, controles seletivos que assumiam, por vezes, a forma da mais dura repressão conviviam com cooptações seletivas que- no caso dos trabalhadores, mantendo intactos e valorizando explicitamente os direitos de propriedade- criaram uma estrutura representativa ligada a estes e empenharam-se na promoção de direitos trabalhistas. Voltando à questão cultural, a existência de tais controles fica clara, ainda, no elogio de Fusco à postura do regime em relação à cultura: *nenhum governo, antes dele, deu tamanhas e tantas demonstrações de apreço pela cultura ou de respeito pela Ilustração, desde que uma e outra se orientem por uma pauta de utilidade social e se destinem ao proveito de cada um em benefício de todos* (Fusco, 1943:45). O fundamental, aqui, é o condicionante: o apoio é dado, desde que a produção cultural enquadre-se nas diretrizes impostas pelo regime.

Estado Novo e Identidade Nacional

Uma das diretrizes é a criação de uma cultura nacional que ajude a cristalizar e exprimir a identidade nacional. Com isto, surge no período uma preocupação com a pesquisa empírica que já estava presente, por exemplo, nas obras de Nina Rodrigues e Manoel Querino, mas que só nos anos trinta passa a ser sistematizada, o que leva Guerreiro Ramos a afirmar que autores do período *muito acertaram porque seguiram o caminho empírico-indutivo na elaboração de suas idéias* (Ramos, 1961:169).

A importância da produção teórica levada a cabo nos anos 30 é ressaltada também por Santos, para quem

Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente (Santos, 1978:38).

Cria-se, ainda, uma atmosfera de culto à nacionalidade que leva à valorização da cultura nacional. E, aqui, recebe-se e cultiva-se a herança do modernismo, o que o próprio Vargas reconhecera mais tarde quando relaciona, em 1951, o ideário da Revolução de 1930 à semana de 1922, localizando, neste período, as origens da renovação cultural da qual a revolução, de certa forma, seria herdeira (Vargas, 1952:vol.I.311). Trata-se, contudo, de uma herança depurada, por exemplo, de qualquer traço macunaímico- onde elogia-se o trabalho e combate-se a preguiça, característica básica da identidade nacional, conforme um certo imaginário modernista. Já durante o modernismo, assim, nota-se uma postura crítica perante a "preguiça" que caracterizaria a identidade nacional, e Dornas Filho, por exemplo, fundamenta em Leite Criôlo, publicação modernista, tal identidade na preguiça: *Vira-bosta é o criolismo. É a preguiça secular do caráter brasileiro. É a superstição que ressoa oblonga e interminável feito urucungo na alma encachaçada do Brasil* (Dornas Filho, 1995:249) O mito da preguiça, entretanto- cujo exemplo óbvio é Macunaíma- se persiste no modernismo integra-se, transmutado, à ideologia autoritária. No Estado Novo, assistimos, então, à esta valorização da cultura nacional, mas de uma perspectiva moralizante e disciplinadora na qual o trabalho surge como valor supremo. Na cultura defendida pelo regime Vargas, nem Macunaíma nem malandro tem vez.

O Projeto Cultural do Estado Novo

O principal instrumento de produção e veiculação cultural da Revolução de Trinta é o Ministério da Educação e Saúde comandado por Gustavo Capanema. Gomes alerta para a impossibilidade prática, dentro de um conceito restrito, de um exame da política cultural estadonovista, dada sua amplitude e complexidade (Gomes, 1996:22), e isto não será feito aqui, embora seja possível definir algumas diretrizes básicas desta política executada a partir de um complexo jogo de interesses no qual a atividade de Capanema à frente do ministério dá-se em estreita sintonia com a Igreja Católica e sofre a severa influência de Alceu Amoroso Lima. Influência que, como ressalta Bomeny, garante a este o poder de voto e veto sobre a atividade do ministro (Bomeny, 1994:122).

O Ministério da Educação e Saúde é, durante o Estado Novo, instrumento de fundamental importância na tentativa de configuração de uma brasilidade e de cooptação de intelectuais que encontraram guarida no projeto desenvolvido por Capanema. Cria-se, ainda, a partir de sua atuação, um projeto educacional de caráter mobilizador e patriótico estreitamente identificado com o regime, a ponto de sobreviver apenas formalmente a ele. Como acentua Schwartzman, *ao final do Estado Novo, o projeto educacional do Ministério da Educação havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar a parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores. Ficou, por assim dizer, sem alma* (Schwartzman et alli, 1984:264).

A representação da identidade nacional feita pelo Estado Novo toma a ação do Ministério como eixo e constitui-se, ainda, em um processo, ao mesmo tempo, seletivo e homogeneizante. Desta forma:

O projeto nacionalista do Estado Novo valorizava a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações que não fossem rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e portanto, repressor (Schwartzman et alli, 1984:166).

A educação passa a funcionar como instrumento vital neste processo de uniformização e padronização. O processo pedagógico deveria, na perspectiva estadonovista, atuar em estreita consonância com o projeto de construção estatal da nacionalidade, agindo em dois sentidos sobre o estudante: ensinando-o a valorizar os elementos básicos que definiriam a identidade nacional, segundo o Estado Novo, incorporando tais elementos a seu próprio comportamento, e ensinando-o a ver no Estado o agente construtor da sociedade, respeitando-o e obedecendo-o enquanto tal. A

educação é incorporada ao projeto político do Estado e vista como instrumento de construção da nacionalidade e valorização da brasilidade, os dois objetivos que, segundo Bomeny, constituem o núcleo central do projeto político estadonovista (Bomeny, 1999a:151).

A educação passa a ser vista como instrumento de construção da unidade nacional, unidade esta a ser construída e preservada a partir da incorporação e/ou eliminação de elementos heterogêneos e estranhos ao projeto de nacionalidade proposto pelo Estado Novo. Qualquer pretensão à diferença calcada em termos raciais, por exemplo, torna-se, imediatamente, objeto de desconfiança por parte do Estado Novo e reprimida em maior ou menor grau, desde movimentos negros a escolas para imigrantes, nas quais o português torna-se idioma único e obrigatório. O Estado Novo busca identificar-se com a nação e construir a identidade nacional a partir de suas diretrizes políticas: qualquer elemento estranho à tais diretrizes passa a ser visto como estranho, portanto hostil, à própria nação.

Tal identidade dependia da unidade nacional; se não de sua existência real, pelo menos de seu mito e, em 6 de novembro de 1940, em discurso no Palácio do Catete na qual é entregue a Vargas uma urna de prata contendo terra de todos os recantos nacionais, o ministro do Trabalho Ciro Marcondes Filho exalta a *paixão pela unidade* (Paranhos, 1999:133).

A atuação do ministério toma como ponto de partida o reconhecimento da necessidade e inevitabilidade do predomínio político das elites no momento em que é mais intensa a crítica das elites apegadas a um liberalismo tido como ineficiente, ultrapassado e sem vínculos com a realidade nacional. Chega-se, assim, a um impasse cuja solução é a criação de novas elites, estas sim identificadas com o perfil ideológico do Estado Novo, e o Ministério da Educação, através da reforma do ensino secundário de 1942, atua diretamente neste sentido. É um projeto de criação de elites: *através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional* (Schwartzman et alli, 1984:202). Mas é um projeto de criação, também, do próprio Estado e da própria nação: *todos esperavam, cada qual à sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na constituição do próprio Estado nacional* (Schwartzman et alli, 1984:17).

É um projeto pioneiro: mais que uma simples função pedagógica, a escola passa a assumir uma função política e reconhecida como tal. Ela é vista como um instrumento da ação estatal mas, ao mesmo tempo, cabe a ela organizar esta ação, criando o pessoal capaz de executá-la, delineando as

formas adequadas de execução, emprestando sentido às mesmas e funcionando como instrumento de mobilização capaz de aproximar povo e Estado em uma mesma identidade. A educação passa a ser vista como meio de construção de um projeto nacional identificado com o Estado Novo; como um projeto de delineamento da nação a partir das diretrizes estatais e *a constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo* (Schwartzman *et alli*, 1984:141).

A política cultural estadonovista pode ser estudada a partir de três aspectos nos quais ela se empenha: a expansão da rede de instituições culturais, a criação de cursos de ensino superior e a construção de uma ideologia da cultura brasileira que sirva de suporte à ideologia oficial, e é este terceiro aspecto que será aqui analisado.

Um objetivo básico desta construção é buscar descobrir a especificidade da nação brasileira, e a importância desta busca, já veementemente ressaltada por exemplo, por Gilberto Freyre, adquire uma motivação concreta: é a partir desta descoberta que será possível a construção de um modelo político adequado à esta especificidade.

O Estado Novo é definido como o regime que soube encontrar e corporificar politicamente esta especificidade, o que o torna, por sua vez, genuinamente nacional. Desta forma, um manuscrito datilografado existente no arquivo Gustavo Capanema em cujo topo está escrito Prefácio Livro Presidente define assim a nova ordem:

Essa ordem é sobretudo brasileira, não foi instituída segundo modelos ou influências de fora. É uma solução nacional para os problemas fundamentais da nacionalidade...As realidades brasileiras foram afinal reconhecidas e integradas no sistema político, o próprio espírito da pátria, afirmado em seu valor acima de qualquer discussão, encontrou a atmosfera nacional de existência, identificando-se na ordem estatal que antes o contradizia (Schwartzman, 1983:43).

Como salienta o próprio texto, não há discussão: com as aspirações nacionais encarnadas não se discute. Como lembra Fonseca, ao analisar o período:

Todos os argumentos levavam à exigência do apoio incondicional ao novo governo; este era fruto não apenas da vontade da nação, mas da necessidade, já que antes dele o país conhecera o caos e a anarquia...Havia, neste sentido, o descontentamento popular com o "Antigo Regime", e o sentimento nacional por mudanças; o povo, entretanto, fora incapaz de, por si próprio, encaminhar a processo de transformação, tendo os revolucionários o feito em seu lugar (Fonseca, 1987:162.5).

A construção desta ideologia tem um lado popular e outro voltado para as elites: a criação intelectual da identidade nacional tem como suporte todo o processo cultural aqui sintetizado e como símbolo a revista **Cultura Política**, espécie de órgão não oficial da política cultural estadonovista. Mas cria-se, também, um processo de representação popular desta identidade, que atua em estreita sintonia com sua construção intelectual.

Este processo de representação tem como cerne não a análise e sim a propaganda, e esta é dominada pelo irracionalismo, onde Lenharo acentua um certo conteúdo místico-patriótico. Para ele, *a técnica da propaganda explora exaustivamente um dado clima de religiosidade constitutivo das relações entre chefe e comandados que se consubstancia principalmente no culto de veneração à pátria* (Lenharo, 1986:43).

As comemorações e liturgias exaustivamente levadas a cabo pelo regime são rigorosamente disciplinadas e visam à unidade na pluralidade. Nelas, o povo é agente passivo e ensaiado, participante e excluído da organização dos eventos; constitui o cenário para uma encenação onde é celebrada a unidade levada a cabo pela ação estatal. Celebra-se a cultura nacional ao mesmo tempo que exalta-se a ação do Estado como forjador desta cultura, cuja expressão só é permitida a partir de veículos de expressão que atuem sob domínio do Estado.

A propaganda do regime é intensa e de forte cunho pessoal: realizam-se exposições, paradas, cunham-se moedas conhecidas como getulianas com a figura e o nome do presidente, imprimem-se selos com ilustrações e textos do Presidente. Inúmeros bustos de Vargas são esculpidos (Garcia, 1982:107.8).

De todos os instrumentos de divulgação política, contudo, o mais utilizado e o mais importante é, sem dúvida, o rádio. Através dele, como lembra Lenharo

O poder se faz presente em todo o país e personaliza a relação com cada cidadão, a quem é imposta a restrição de sua participação política, através de "palestras afetuosas com o trabalhador". Pelo rádio, o poder vasculha a intimidade de cada um, atomiza a condição política de cada cidadão para condensá-los simbolicamente no coletivo da nação (Leenharo, 1986:42).

A cultura popular, principalmente através do samba, também é incorporada a este processo. O samba carioca torna-se o emblema de uma mestiçagem bem sucedida e de uma democracia racial que- demonstrando a incorporação das idéias de Freyre- representa a ideologia oficial do regime (Vianna, 1995:73).

Finalmente, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tem uma função de promoção e repressão. Criado em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL) recebe a incumbência de *controlar quais livros*

poderiam ser legalmente publicados ou importados (Hallewel, 1985:317). Sem executar tais funções ao longo de tais anos de existência, é criado o DIP com o objetivo de exercê-las, e bem mais que isto: cabe-lhe promover a imagem oficial do regime e cabe-lhe combater a construção de imagens contrárias à oficial (Gomes, 1996:126). Mas também o DIP, de certa forma, faz parte do processo pedagógico. O DIP torna-se o instrumento de difusão popular do discurso estadonovista e age em estreita consonância com as diretrizes que fundamentam tal discurso. Sintetiza-o, esclarece-o e massifica-o.

Há, portanto, um projeto de divulgação sistemática do regime, onde a propaganda estatal *passa a ser vista como uma questão relacionada à própria defesa nacional, ligada à idéia de manutenção da ordem e unidade da nação, ao mesmo tempo em que é capaz de desempenhar uma função educativa e coercitiva junto às massas* (Lacerda, 1994:243), e há um projeto cultural, cuja finalidade não é, necessariamente, o consumo popular, mas que visa, entre outros objetivos, fornecer as diretrizes adequadas à este processo de divulgação.

Vargas: mito e paradigma

Ambas as construções tomam Vargas como paradigma. Nele, surge o catalisador da identidade nacional- uma figura mítica, cuja construção obedece a parâmetros intuitivos e irracionais- uma figura carismática, portanto, não racionalizável; por outro lado, Vargas é o arauto da modernidade, da transição para uma sociedade onde a indústria, e não mais a agricultura, deve tornar-se o motor do desenvolvimento nacional. Intuição e racionalidade tornam-se, assim, os dois lados da mesma moeda.

A incapacidade mental das massas é pressuposto do autoritarismo. Ataliba Vianna sintetiza-o: *As massas são incapazes de juízos próprios sobre idéias abstratas como são as de pátria, raça, nação e outras que demandam reflexão. Seus conceitos a propósito, procedem sempre, do que ouvem e vêem. Daí a ação decisiva dos escóis em sua formação* (Vianna, 1944:45).

Assim, ambos os lados da moeda têm sua função. Ao construir-se o mito, busca-se o apoio popular da única maneira considerada viável, dado o caráter irracional das massas, pressuposto do pensamento autoritário. Para Cancelli, *no mito da personalidade, que seria constituído de elementos de sua experiência imediata, as massas encontrariam um poder de expressão simbólica maior que nos mitos em cuja composição entram elementos*

abstratos. Esta seria a fascinação das massas pela personalidade carismática (Cancelli, 1993:22).

A construção do mito é, ainda, a representação do populismo. Populismo autocrático não validado oficialmente por nenhuma ideologia mas sedimentado pela figura do Ditador: desta forma, Faoro busca explicar o sistema de representação política adotado por Vargas (Faoro, 1985: vol. II.706). E o que é posto em relevo permanente, acima de interesses partidários e mecanismos políticos é a figura do líder político e *o vínculo místico peculiar que o unia às massas, por oposição aos grandes e poderosos estabelecidos e privilegiados* (Worsley, 1973:55).

O poder de Vargas deriva do fato dele encarnar e exprimir a identidade nacional, e não de regras políticas precisas. Linz acentua ser uma característica do autoritarismo o fato do líder exercer o poder dentro de limites formalmente mal definidos (Linz, 1970:254), e é este um pressuposto do regime, como acentua Gomes, ou seja, a crítica ao *formalismo político, isto é, a idéia de que as formas políticas valiam mais do que o espírito objetivo a que se propunham os políticos* (Gomes, 1982a:137).

É uma constante na crítica autoritária ao processo político brasileiro acentuar-se o personalismo como uma característica básica e altamente negativa deste processo. É uma crítica sintetizada por Belo, para quem *não tivemos jamais partidos com idéias e partidos definidos. Nossas lutas políticas fizeram-se sempre em torno de homens, figuras efêmeras e ocas, que a enchente da maré política traz à tona para que, no dia imediato, a vasante novamente os trague* (Belo, 1935:120). Fazendo eco a esta crítica, mas partindo de um personalismo político estrito, o autoritarismo usa o veneno como antídoto.

Este novo personalismo deve manter uma linha de continuidade com o Poder Moderador exercido por Pedro II, linha esta interrompida pelo liberalismo federalista da República Velha. Trata-se de um projeto anunciado, logo em 1930, por Santos, que anseia em ver implantada *a nossa república, a grande e livre República Brasileira, herdeira legítima e imediata da monarquia liberal, da nobre "democracia coroada" do Imperador Pedro II* (Santos, 1930:566).

E é importante ressaltar ter o autoritarismo feito a revalorização do Império. Este é exaltado não apenas como criador da unidade nacional, mas também pela nobilitação da elite rural. Desta forma, um autor acentua: *através dessa harmonia nobiliárquica em relação à Coroa é que o poder central coordena e firma um disperso e embrionário espírito de brasilidade, que os despóticos vice-reis jamais poderiam espontaneamente consolidar* (Lamego, 1946:54).

Cria-se, em síntese, uma estrutura política a partir de um mito. A criação consciente de um mito político e sua deliberada utilização política é algo que nunca havia sido tentado antes no Brasil, como lembra Carone, que acentua: *Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, a segunda torna-as públicas* (Carone, 1976a:166).

E quais são as idéias básicas de Vargas? Nacionalismo, autoritarismo e crítica à atividade política, ênfase na intervenção estatal e preocupação com a questão social são pilares de seu pensamento que surgem da leitura de seus textos. O corporativismo fundamenta toda sua concepção política e é visto não apenas como uma forma de organização da produção; ele adquire, na ideologia autoritária, um conteúdo ético que já havia sido anunciado por Hegel, para quem *a corporação, depois da família, constitui a segunda das duas raízes éticas do Estado, aquela que está baseada na sociedade civil burguesa* (Hegel, 1979:147)

Também a existência de uma identidade nacional fundamenta o discurso de Vargas. A concepção de uma alma nacional como *fator de produção da autoridade no quadro de uma doutrina anti-racionalista de dominação das massas* encontra-se já delineada no pensamento conservador de Burke e De Maistre (Marcuse, 1972:121), e tal concepção seria de fundamental importância para a construção da ideologia autoritária no Brasil.

Ao buscar incorporar a identidade nacional, o Estado Novo necessita isentá-la das acusações de que é vítima. Seus ideólogos, ao tomá-lo como a própria expressão desta identidade, buscam eximi-la de culpa. Desta forma, Lourival Fontes, diretor do DIP, adverte: *Não se infira dos sintomas de decomposição que repontam em toda parte a incapacidade das nossas populações para exprimir, se não de modo simbólico e figurativo, o conjunto orgânico de interesses, realidades, valores que formam complexivamente as nações* (Fontes, 1941:7).

O Estado confere organicidade à nação e reconcilia-a com sua identidade. Em discurso de 1939, Vargas salienta: *Hoje, sentimos a nação como um todo orgânico, articulado através das suas forças econômicas e sociais, atuando em um sentido uniforme,- no sentido das aspirações e das necessidades da coletividade brasileira* (Vargas, 1943:vol.VII.242).

Este vínculo é, assim expressamente reconhecido por Vargas e, em discurso pronunciado em Minas, por exemplo, ele afirma: *Creio existir íntima correspondência entre características do vosso temperamento e as imposições da nossa conduta coletiva, na fase tempestuosa que atravessamos* (Vargas, 1943:vol.V.259). E este vínculo, finalmente, é encarnado pelo próprio Vargas

Se a identidade nacional é de todos os brasileiros e os caracteriza enquanto tais, o projeto político deve permanecer, contudo, nas mãos de uma elite capaz de conduzi-lo e sob a orientação de um líder que o encarne. Uma analista do período, como Vieira, sintetiza tal diretriz:

A idéia nacional está a cargo dos grandes homens: essa idéia só pode ser apresentada pelos elementos superiores que realizam uma síntese entre associação sentimental e compreensão intelectual. No nacionalismo, assim como no patriotismo, o que prepondera é o instinto de terra e de raça (Vieira, 1996:121).

Vargas surge, assim como o catalisador da identidade nacional, que expressa-se através dele e faz com que suas diretrizes tenham um conteúdo popular que prescindir de representações políticas. Por encarnar sua identidade, ele representa o povo e a construção de seu mito expressa tal representação.

O Estado autoritário arvora-se, portanto, em guardião da identidade nacional e busca, a partir daí, justificar-se como criador e agente da Nação. O líder político mais que representante da nação torna-se sua encarnação: contestá-lo é contestá-la. No totalitarismo, encontramos a exacerbação desta tendência. Referindo-se ao nazismo, Mousnier afirma: *o Führer é aquele que se encontra mais profundamente penetrado pelo Volkgeist. Ele é a consciência, a vontade, a boca do Volk. O seu poder não provém do povo, que detém menos que ele o Volkgeist* (Mousnier, 1974:144). Como o chefe passa a ser visto como o elo de união entre os diversos grupos social, tal contestação passa a ser vista, ainda, como fonte de desagregação. Como lembra Alberoni:

O grupo existe porque todos os seguidores se identificam verticalmente com a mesma pessoa e, por conseguinte, se identificam horizontalmente entre si. O que unifica o grupo é o chefe. Sem ele o grupo desaparece porque os indivíduos passam a divergir e a se diferenciar (Alberoni, 1991:276).

É preciso, porém, distinguirmos o poder autoritário do poder carismático, na medida em que o líder autoritário não é necessariamente carismático: seu poder não deriva de sua pessoa e sim do que ele expressa enquanto liderança; o autoritarismo pode, mesmo assumir a forma de um sistema político despersonalizado (p.ex.. o general sem rosto da ditadura uruguaia, nos anos 70, ou os generais em rodízio após o golpe de 64).

A Construção do Autoritarismo

A implantação da ideologia autoritária não é mecânica, nem foi esta a ideologia predominante em 1930, sendo que Costa nega mesmo a existência de uma ideologia a embasar o movimento revolucionário (Costa, 1967:376): tal implantação dá-se através de um processo. Se ideologia definida a orientar o movimento revolucionário de fato não houve, tivemos, contudo, um autoritarismo difuso que foi consolidando-se paulatinamente em um corpo de idéias que já embasaria mais nitidamente o Estado Novo, mas que, em 1930, era apenas uma decidida repulsa ao liberalismo: uma repulsa que terminou por abranger liberalismo e democracia representativa e condenar a ambos. A crítica feita ao processo eleitoral no período anterior à 1930 não visa, intrinsecamente, à democracia representativa e sim à sua deturpação. Desta forma, em documento de 1929 sobre as eleições, Lindolfo Collor faz seu elogio doutrinário, porém questiona: *Mas o voto que se pratica no Brasil? Quem ousaria defendê-lo como paradigma da moralidade eleitoral? Esse voto sim, está condenado em todas as consciências* (Revolução de Trinta: textos e documentos, 1982:37).

A crítica ao processo eleitoral passa, porém, da crítica às suas deturpações à contestação do processo em si, e daí à crítica ao Estado liberal. A concepção de Estado liberal predominante no Estado Novo remete à impessoalidade política desejada por Sérgio Buarque- que busca a construção de uma sociedade vasada em moldes weberianos de racionalidade- mas tomada em seu aspecto negativo e este Estado é assim definido: *Daí um Estado vazio de conteúdo humano, um Estado amorfo, estático, liberal* (Figueiredo, 1941:124).

A crítica ao liberalismo enfoca, principalmente, seu caráter artificial, oligárquico e plutocrático. O Estado liberal privilegiava o indivíduo, mas um indivíduo teórico, enquanto descuidava do indivíduo real, imerso na realidade brasileira; encenava um regime democrático, mas impedia o funcionamento da verdadeira democracia. Para Figueiredo, *não existia, no Brasil, a verdadeira democracia. Havia teatro, circo, onde se representavam cenas, algumas cômicas, outras trágicas, mas sem sentido construtivo*. É esta democracia, assim definida por Figueiredo, que tem a morte por ele decretada e anunciada sua substituição pelo que ele considera a verdadeira democracia, centralizada, autoritária e de acordo com a identidade nacional. Conclui, então, o autor:

Poder forte, pois, no Brasil, é igual a vocação nacional, à imposição, telúrica, étnica, social, política. Tinha, mais cedo ou mais tarde, de incorporar-se ao nosso regime político. O Estado nacional desprezou

as fórmulas abstratas e os processos anarquizantes do liberalismo e está, com métodos novos, em planos próprios e visando fins predeterminados, realizando a verdadeira democracia. Não, portanto, a democracia discursiva, retórica, dos comícios e parlamentos, mas uma democracia autoritária, social e econômica, onde todas as classes, pelos seus órgãos representativos legítimos, têm os seus interesses regulados, dirigidos, satisfeitos (Figueiredo, 1942:22.3).

Figueiredo desenvolve um conceito comum ao nosso pensamento autoritário: é em um regime autoritário e não em um regime liberal que a democracia irá, enfim, concretizar-se no Brasil. O autoritarismo é democrático e o liberalismo é definido como *o inverso, o antagonismo específico e o inimigo aguerrido da democracia, que é o todo, o homogêneo, a ordem, a paz, o bem comum, a cultura, a civilização e o melhor caminho da prosperidade humana* (Carvalho, 1942:30).

À esta crítica, a Revolução junta uma postura inovadora frente a questão social. Ao contrário de tomar a questão social como questão policial, a Revolução de Trinta busca criar mecanismos capazes de mediar e absorver os conflitos próprios a esta questão no âmbito institucional. Ficam para trás as concepções que levaram a criação de folhetos com títulos como *Todas as associações de classe são "casos de polícia"*, editado em 1929 (Revolução de Trinta,: textos e documentos, 1982:61-80). A criação de tais mecanismos, contudo, torna a representação partidária, na perspectiva autoritária, não apenas supérflua, mas, também, um perigoso instrumento da luta de classes que o Estado visa anular ao intermediá-la, e um veículo de interesses privados no momento em que o Estado arvora-se em guardião da atividade econômica. É o próprio Vargas quem acentua este perigo, e no momento mesmo da instauração do Estado Novo, ao afirmar em 1937:

Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva infinitamente mais sombria da luta de classes (Vargas, 1943: vol.II.22).

Vargas sustenta ter o Estado Novo eliminado *o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo* (Vargas, 1943: vol.II.187), ou seja, precisamente os elementos tidos como nocivos à identidade nacional. Na ideologia estado-novista é a própria e alegada tendência ao individualismo existente no Brasil e unanimemente reconhecida e lamentada pelo pensamento autoritário que Vargas afirma buscar combater. E, no contexto deste combate, são os direitos individuais que ele nega explicitamente. Desta forma, em mensagem de 1938 aos trabalhadores paulistas, ele afirma: *Os*

indivíduos não têm direitos, tem deveres! Os direitos pertencem à coletividade! (Vargas, 1943: vol.II.311).

O alargamento do âmbito da ação estatal é visto como inevitável na medida em que o Estado é definido como o único agente capaz de regulamentar o processo de modernização social (Diniz, 1978:89). A ação estatal não implica, contudo, a estatização ou socialização dos meios de produção; ao Estado, cabe regulamentá-los e não assumi-los, com a produção permanecendo sob controle da propriedade privada e os trabalhadores permanecendo sob controle do Estado.

E se a esfera da propriedade privada permanece intocada e intocável, sua regulamentação já passa para a jurisdição estatal. Toma-se como princípio, para tanto, a *negação de qualquer racionalidade aos mecanismos de coordenação fundados em processos competitivos ou em ajustamentos automáticos compensatórios* (Lamounier, 1977:359).

Já o fortalecimento do poder executivo é visto não apenas como inevitável, mas como universal; e é visto, ao mesmo tempo, como uma tendência que se integra e dá continuidade à tradição política brasileira, sendo a tentativa de dar ao Estado Novo o sentido de retomada desta tradição uma característica da obra de seus ideólogos. Casassanta, por exemplo, afirma que o Estado Novo *dotou-nos de um Executivo forte, remontando às raízes de nossa história política, e traduziu, nesse particular, mais uma continuação que uma inovação* (Casassanta, 1941:141).

Este fortalecimento é justificado, finalmente, pela própria identidade nacional. Enquanto nos Estados Unidos, o presidencialismo busca *soerguer a manifestação da vontade nacional, debilitada diante da imensa preponderância da coletividade*, no Brasil o social é sempre sobrepujado pelo individual, razão pela qual *a diferença da psicologia coletiva do brasileiro e do americano do norte explica porque, mais do que no outro hemisfério, o presidencialismo aqui encontrou o habitat adequado ao florescimento de implantação de um governo de autoridade* (Arrais, 1941:31).

O Estado adota, assim, uma política intervencionista para salvar a sociedade do mergulho em seus conflitos internos mas, também, para salvar a si próprio. Para Duarte:

Aquele Estado meramente político, preguiçoso, espectador de tremendas lutas, transformava-se, para poder sobreviver, em intervencionista das contendas que lhe abalavam fragorosamente a estrutura toda e o ameaçavam de ruína e completo desmoronamento. Transformava-se crescendo, desdobrando-se, intrrometendo-se, alijando, encampando, assaltando também e dominando. Era a

hipertrofia do Estado, o fantasma que aterrorizava os líricos do liberalismo radicalista (Duarte, 1941:49).

No autoritarismo, não é apenas a força, como diria Weber, que se torna monopólio do Estado; este pretende o monopólio da representação política e qualquer outra tentativa de representação de interesses nacionais torna-se nociva à estes próprios interesses e deve ser combatida. Pretende-se o monopólio do consentimento popular, o que permite ao Estado reivindicar o monopólio dos interesses nacionais. Portanto, *o Estado Brasileiro Nacionalista é, por isso, autoritário, não porque tenha essa medida sido imposta por agrupamentos de domínio emergente, mas porque as legítimas expressões da vontade popular o quiseram e assim o mantém* (Moraes, 1941:21)

Quando pretende-se o monopólio do consentimento qualquer discordância vira crime e transforma-se, também, em obstáculo para o progresso que depende da ordem - leia-se, neste contexto, monopólio do consentimento - para manter seu ritmo, ao mesmo tempo que o desenvolvimento econômico configura-se como instrumento legitimador da repressão.

Autoritarismo e Processo Político

Para melhor contextualizar o pensamento autoritário, acredito ser fundamental efetuar, ainda, uma análise, ainda que sumária, do processo político que o gerou. Segundo Fausto:

Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política (Fausto, 1977:86).

Foi um período de constatação do anacronismo do aparelho estatal perante às novas demandas sociais e de uma conseqüente redefinição do aparelho estatal de forma à que tais demandas fossem atendidas sem colocar em risco o efetivo domínio político das elites, e foi um período de adaptação do Estado ao processo de desenvolvimento capitalista para o qual as oligarquias regionais claramente não tinham respostas satisfatórias, sendo a cisão entre São Paulo e Minas que está na origem do regime conseqüência, em última análise, desta inadequação, com São Paulo mantendo-se fiel ao antigo modelo estatal e sendo superado pela novas elites políticas. Ianni busca sintetizar tal processo:

A revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo (Ianni, 1984:16).

A Revolução de 1930 foi uma revolução burguesa? Ou foi antes uma etapa do processo de revolução burguesa, tal como definido por Florestan Fernandes? Ou foi antes um processo de modernização levada a cabo por setores da oligarquia no momento em que a burguesia estruturava-se como agente político? Uma forma de tentar responder esta questão é a partir da análise da política social adotada pelo novo regime. Se a Revolução de 1930 criou uma nova postura perante a questão social, tal postura foi, acima de tudo, uma forma de se prevenir contra crises e turbulências: contra conflitos sociais. Foi uma defesa social e assim Lindolfo Collor, futuro ministro do trabalho a descreve:

O Ministério do Trabalho, sobretudo, demonstrará o zelo do novo regime pela organização e proteção das classes trabalhadoras. Ir ao encontro das aspirações populares é, antes de mais nada, uma premente necessidade de defesa social. É assim que, do melhor modo, se pode fazer face à infiltração de doutrinas dissolventes do corpo social e político da nação (Revolução de Trinta: textos e documentos, 12).

É preciso, contudo, relativizar a premência destes conflitos: nada indica que estivéssemos à beira de uma convulsão social ou algo parecido e a Revolução antes antecipou-se aos conflitos sociais que foi gerada ou pode ser vista como uma resposta a eles. Não foi um movimento popular, nem uma resposta das elites à um movimento popular: foi um processo de acomodação ocorrido no interior das elites, e Martins, neste contexto, refere-se à *baixa intensidade das demandas políticas dos grupos de posição subordinada que dispunham de voz para formulá-las* (Martins, 1983:681).

Cria-se um novo pacto político que não é intrinsecamente modernizante e conduz, pela dinâmica das próprias alianças que o sustenta, à marginalização de setores cujos interesses entram em conflito com seu núcleo conservador. Ao mesmo tempo, foram os setores mais tradicionais da política os principais defensores de eleições imediatas, temerosos que estavam em relação à perda de suas posições políticas, enquanto os setores ditos modernizantes e inovadores, principalmente ligados ao tenentismo e à classe média buscaram o aprofundamento da revolução via manutenção e consolidação do regime autoritário. Buscou-se, então, acelerar um processo de modernização via ação estatal, mas os próprios mecanismos democráticos passaram a ser vistos, nesta perspectiva, como entraves à

efetiva consolidação da modernidade, e ainda, como resíduos de um liberalismo tido como arcaico e- em última análise- reacionário.

A dificuldade em traçar uma linha nítida entre setores modernizantes e conservadores transparece, por exemplo, no debate sobre a política econômica, com setores industriais defendendo uma política protecionista que criasse uma espécie de reserva de mercado para os bens fabricados no país e os setores agro-mercantis e as classes médias defendendo a mais livre importação de bens de consumo, em um debate que colocava a própria forma de inserção da economia brasileira no sistema internacional em questão.

Cabe, assim, indagar, se é apropriado chamar de revolução o processo político iniciado em 1930, ou se ele foi, como sugere Martins, *um caso típico de negociação entre elites* (Martins, 1983:672). A Revolução de Trinta não foi meramente um movimento tenentista, nem uma revolução burguesa no sentido mais estrito do termo (ao contrário do sentido mais amplo defendido por Florestan Fernandes), nem teve suas origens na classe média e suas reivindicações, ao contrário do que afirma Jaguaribe, que localiza tais origens na *necessidade de alargar a burocracia em proveito das novas camadas de classe média... mantendo e ampliando os quadros do funcionalismo* (Jaguaribe, 1979:142).

A Revolução não implicou em uma ruptura que permitisse a emergência e predomínio das classes dominadas, nascendo, antes, de um conflito entre elites que resultou na adoção de novos projetos políticos e em uma transformação na estrutura política capaz de funcionar- e funcionou- como um divisor de águas em nossa História. Mas, em momento algum, classes com interesses diametralmente opostos entraram em conflito. Como ressalta Vianna

Burguesia industrial, tenentes e camadas médias, ao dissentirem em maior ou menor grau do sistema agrário-exportador, não investem contra uma classe antitética ao trânsito para o primado burguês. Procuram apenas criar um sistema político e uma economia abertos e diversificados, que sejam capazes de atender à complexidade da nova situação (Vianna, 1978:114).

O conceito de negociação é ressaltado, ainda, por Weffort, ao afirmar que *o movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi antes de tudo o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham uma posição divergente no setor oligárquico* (Weffort, 1980:64).

A visão da Revolução de 1930 como um acordo entre elites é recorrente na historiografia sobre o período e Rodrigues desenvolve tal teoria já nos anos 60, balizando, a partir daí, toda uma corrente analítica. Para ele:

Sob certo aspecto, a Revolução de 1930 foi um movimento acomodatório entre as antigas classes rurais e as novas classes burguesas. Estabelecido um novo equilíbrio de poder, tornaram-se mais fortes e unificadas as classes dominantes, de modo a exercer um controle gradativamente mais rígido sobre os movimentos populares (Rodrigues, 1968:17).

Embora correta em linhas gerais, a análise de Rodrigues não pode, contudo, induzir-nos ao erro de vermos a revolução apenas como um pacto entre elites estabelecido acima de qualquer conflito. Evidentemente, o movimento revolucionário e suas consequências foram fruto de um conflito sócio-político e os pactos e negociações feitos durante e após o conflito que os gerou não podem encobrir o fato de terem elas nascido de uma ruptura com a antiga ordem vigente. É preciso, neste contexto, evitarmos a perspectiva ingênua e simplista- que não é a de Rodrigues- de vermos todo um processo de transformação histórica como mera e consciente manipulação por parte das elites políticas.

Se é, portanto, um processo de negociação, trata-se de uma negociação feita a partir de uma ruptura. A Revolução de Trinta põe em xeque a mística da conciliação sob a qual floresceu o liberalismo. Feito isto, definiu-se como marco: representa o surgimento da primeira elite nacional que aponta e busca soluções para divergências estruturais (Iglésias, 1995:207).

Define-se como objetivo um processo de modernização econômica sob a égide estatal que mantenha intocada a propriedade privada e, ao mesmo tempo, regulamente sua atuação, subordine politicamente as oligarquias regionais e, ao mesmo tempo, defenda seus interesses e mantenha sob estrito controle os movimentos sociais e principalmente trabalhistas e, ao mesmo tempo, distribua, na medida do possível, benesses ao trabalhador.

O estabelecimento de tais metas implica, contudo, alterações na estrutura de poder, e estas ocorreram: foi uma negociação entre elites, mas foi também uma ruptura. A Revolução de Trinta dá-se no bojo de um processo de deslocamento e diferenciação de poder no qual o setor agrário, até então predominante politicamente, perde espaço para novos atores sociais ligados à burguesia urbana. Neste processo de diferenciação de agentes de poder, processo este correspondente à uma estruturação cada vez mais complexa da sociedade e da economia, o Estado ganha uma autonomia relativa, na qual encontram-se as origens do autoritarismo. Como acentua Diniz, *a força do Estado, nesse período, está relacionada com a ausência de interesses hegemônicos numa estrutura de poder marcada por diferenciação crescente* (Diniz, 1981:106).

O que temos, então, é antes uma composição da burguesia industrial com estas oligarquias que a adoção de uma postura hegemônica em relação à apropriação do poder estatal, adoção de resto inviável dada a instável correlação de forças predominante na época. Temos, como característica do período, um contínuo processo de barganha e acomodação entre burguesia industrial e elites oligárquicas e de conciliação e repressão em relação às classes populares, com o Estado outorgando-se o papel de árbitro, mas ao mesmo tempo funcionando como instrumento de expressão do que Pereira chama de *forma de consciência progressista-não-negadora do capitalismo, constituída no período da Revolução de 30 em "resposta" à pressão das "massas urbanas"* (Pereira, 1971:35).

O autoritarismo não é oligárquico e ressalta constantemente a ligação entre liberalismo e poder oligárquico, mas nem por isto é anti-oligárquico: se as antigas oligarquias assistem à consolidação de novos agentes do poder, nem por isto seus interesses deixam de ser preservados.

Pang define o movimento revolucionário como

Um casamento político dos tenentes reformistas com os grupos urbanos populistas liderados pelo Partido Democrático de São Paulo e com os partidos dominantes (PR) conservadores. Outros partidos em diversos estados, igualmente ligados ao status quo, apoiaram a revolução na falsa crença de que o sistema tradicional de recompensas da Primeira República favoreceria sua ascensão ao poder (Pang, 1979:218).

Temos, então, uma série de atores políticos cujos objetivos imediatos foram frustrados em maior ou menor grau pelo curso dos acontecimentos, o que demonstra a desorientação política e ideológica dos agentes revolucionários. Desta forma, atores políticos desencadearam um processo em relação ao qual nenhum soube avaliar as consequências e o qual nenhum soube compreender com precisão. Como reconhece Sodré ao fazer a apologia deste processo e de seu líder: *Levados pelo ímpeto do movimento, os seus iniciadores não chegaram a compreender que o seu desenvolvimento marcava um instante decisivo da existência nacional...Eles próprios não podiam distinguir na confusão do momento, o alcance da tarefa nem avaliar suas consequências* (Sodré, 1943:58).

Ao analisar o processo de transição política na Bahia, Pang demonstra, ainda, como ele funcionou a partir da aliança entre os líderes revolucionários e os antigos coronéis do sertão, aliança esta que permitiu a manutenção em novas bases do poder oligárquico, gerando antes um processo de conciliação que de renovação política, o que leva o autor a concluir: *o sistema de clientela política continuou, com clientes antigos e novos patrões. Os novos patrões eram Juraci Magalhães, Juarez Távora e*

Getúlio Vargas. A Revolução não derrotou os coronéis. Os coronéis venceram (Pang, 1979:232).

Trata-se de um argumento corroborado por Pereira de Queiroz, para quem *a revolução de 1930, que se realizou graças à adesão dos velhos coronéis e que, depois de instalada, se inaugurou chamando a si o apoio dos que ainda estavam de fora, prova que a era do coronel no Brasil ainda não se tinha fechado* (Queiroz, 1976:155).

Cria-se, em síntese, uma crise hegemônica: incapazes de manter a hegemonia política, as classes dominantes transferiram tal hegemonia para o Estado, em um processo do qual o Estado Novo foi a etapa mais significativa.

A hegemonia política alcançada pelo Estado leva, finalmente, à tentativa de subordinação da esfera política à esfera administrativa, e este foi um objetivo colocado de forma explícita pelos defensores do Estado Novo. Segundo Duarte por exemplo, *não era preciso separar apenas executivo de legislativo, e sim, e precipuamente, a política da administração. Esse ponto essencial que foi resolvido pelo Estado Novo* (Duarte, 1942:209). Em outras palavras: *Fazíamos política, ou politicagem. Hoje, fazemos uma coisa fundamentalmente diferente: administramos* (Firmo, 1941:41).

A distinção entre política e administração acima efetuada é fundamental para a compreensão da ideologia autoritária e deriva- como, de resto, esta própria ideologia- da influência positivista em sua vertente gaúcha. Referindo-se a Júlio de Castilhos, líder político gaúcho, Bastos e Walker acentuam ser a constituição de 1937 *nada mais do que a transposição para o nível federal das proposições de Castilhos, numa amplificação dos princípios políticos que tinham sido usados no Rio Grande do Sul desde 1892* (Bastos & Walker, 1971:119).

Uma influência também assinalada por Porto, que salienta

A aproximação, nunca devidamente enfatizada, entre certas linhas da Constituição Federal de 1937 e da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. Bom discípulo de Júlio de Castilhos, Vargas adotou a mesma perspectiva, de diminuição de prerrogativas do Legislativo e de consequente valorização do papel do executivo, sobretudo na feitura das leis (Porto, 1989:248).

De fato, Torres descreve assim as características básicas da constituição gaúcha:

Eram imensos os poderes do presidente...O presidente gozava da plenitude do poder executivo e do verdadeiro poder legislativo, dentro dos limites financeiros, unicamente financeiros, impostos pela Câmara. Aliás, a Constituição ignorava a divisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário...Não há poderes, há órgãos, e

quebrou-se também a clássica precedência do legislativo. Mas é que o legislativo era o presidente (Torres, 1961:188).

É possível, finalmente, apontar um ponto de comum entre os autores aqui estudados que torna possível filiá-los à mesma tradição autoritária. O autoritarismo brasileiro toma como eixo a constatação de uma precariedade e a análise de um processo histórico: a precariedade constatada é a do próprio Estado, considerado historicamente incapaz de constituir-se de forma ampla e efetiva. E o processo histórico constantemente ressaltado pelos pensadores autoritários é a cisão histórica verificada no Brasil entre a ordem privada e a ordem pública, com a primeira sobrepondo-se à segunda e gerando, com isto, uma sociedade ganglionar. Ambos os argumentos são sintetizados por um autor que não pode ser filiado à tradição autoritária:

No Brasil, o Estado sempre foi instituição precária...A história do poder político no Brasil é a história dessa competição entre os fatores de dispersão social e política que suscita e engendra a formação de autoridade privada de uma lado, e de outro, os fatores de unificação e centralização do poder social que contribuem para a consolidação definitiva da organização estatal que, aliás, até hoje, não se pode dizer completada (Pinto, 1942:14-6).

A solução autoritária passa, claramente, pela consolidação deste processo de organização e, se tal solução seria delineada nos anos trinta, o diagnóstico já vinha sendo feito desde meados do século XIX, quando um autor lamenta nestes termos a decadência paulista: *acostumado à vida solitária, ou limitado no pequeno círculo da sociedade doméstica, sempre destituído do útil e muitas vezes do necessário, este povo não conhece prazeres e tem horror ao trabalho* (Oliveira, 1868:29). Estrutura-se, assim, nos anos trinta, um pensamento autoritário cujo delineamento já havia sido esboçado décadas antes.

Referências

- ALBERONI, Francesco. *Gênese*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ALMOND, Gabriel. A & POWELL, JR., G. Bingham. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- AMADO, Gilberto. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.
- AMARAL, Amadeu. *Política humana*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

- ARRAIS, Monte. *Influência do poder pessoal na ação política do Brasil. Cultura Política*. n. 8. Rio de Janeiro, 1941.
- BASTOS, Tocary & WALKER, Thomas W. *Partidos e forças políticas em Minas Gerais. Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 31. Belo Horizonte, 1971.
- BELO, José Maria. *Inteligência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1935.
- BERGMANN, Michael. *Nasce um povo*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BLACK, Cyril E. *et all. The modernization of Japan and Russia: a comparative study*. New York: The Free Press, 1975.
- BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo* In PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999a.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da UNB, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda e política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus/FAPESP, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARONE, Edgar. *Notícias sobre "Brasilianas". Perspectiva*. v. I. São Paulo, 1976.
- _____. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976a.
- CARVALHO, Menelick de. *Democracia objetiva e liberalismo romântico. Cultura Política*. n. 16. Rio de Janeiro, 1942.
- CASASSANTA, Mário. *Executivo forte, tendência nacional. Cultura Política*. n. 7. Rio de Janeiro, 1941.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Pequena história da República*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1972.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DINIZ, Eli. *Empresários, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes In FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo. III. v. III. São Paulo: DIFEL, 1981.

_____. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. *Dados*. v. 32. n. 3. Rio de Janeiro, 1989.

DORNAS FILHO, João. Fora o malandro In SCHWARCZ, Jorge (Org.). *Vanguardas latino-americanas*. São Paulo: EDUSP/ILUMINURAS/FAPESP, 1995.

DUARTE, Cândido. Realizações e perspectivas municipais. *Cultura Política*. n. 7. Rio de Janeiro, 1941.

_____. *A organização municipal no Governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

DURAND, José Carlos. Negociação política e renovação arquitetônica: Le Corbusier no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 16. São Paulo, 1991.

ERICKSON, Kenneth Paul. *The brazilian corporative State and working-class politics*. Berkeley: University of California Press, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder* (formação do patronato político brasileiro). Porto Alegre: Globo, 1985.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. Fins humanos e políticos do Estado brasileiro. *Cultura Política*. n. 6. Rio de Janeiro, 1941.

_____. O conteúdo democrático do Estado nacional. *Cultura Política*. n. 8. Rio de Janeiro, 1942.

FIRMO, José. A força contraditória de dois destinos. *Cultura Política*. n. 8. Rio de Janeiro, 1941.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTES, Lourival. Democracia, eleição e representação. *Cultura Política*. n. 6. Rio de Janeiro, 1941.

FUSCO, Rosário. Realismo e bom senso (às margens do pensamento político do presidente) In O pensamento político do presente: separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 números da Revista "*Cultura Política*" comemorativa do 60^a aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1943.

GARCIA, Nestor Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil In OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HEGEL, G.W.F. *A sociedade civil burguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

HALLEWEL, Lawrence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor/EDUSP, 1985.

IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. A crise brasileira In SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979.

KOLAKOWSKI, Leszek. *O espírito revolucionário*. Marxismo, utopia e antiutopia. Brasília: Editora da UNB, 1985.

LACERDA, Aline Lopes de. A "obra getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos históricos*. v. 7. n. 14. Rio de Janeiro, 1994.

LAMEGO, João Alberto. A aristocracia rural do café na província fluminense In *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação In FAUSTO, Boris. *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III. v. II. São Paulo: DIFEL, 1977.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo/Campinas: Papirus/UNICAMP, 1986.

LINZ, Juan. An authoritarian regime: Spain In ALLARDT, E. & ROKKAN, S. *Mass politics: studies in political sociology*. New York: The Free Press, 1970.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II: fastígio (1870-1880)*. São Paulo: Nacional, 1939.

MARAVAL, José Antonio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político In *A Revolução de Trinta: seminário internacional*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MORAIS, Deodato de. O Estado e sua moderna concepção. *Cultura Política*. n. 5. Rio de Janeiro, 1941.

MOUSNIER, Roland. *As hierarquias sociais: de 1450 aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do Estado In *Revista Brasileira de História*. n. 7. São Paulo, 1984.

NOGUEIRA, José Antônio. O ideal brasileiro desenvolvido na República in CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. Brasília: UNB, 1981.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. v. 31. Rio de Janeiro, 1868.

OLIVEIRA, Olavo. O Estado Novo e o seu presidente. *Cultura Política*. n. 5. Rio de Janeiro, 1941.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEIXOTO, Sílvio. Tradição política do princípio de unidade nacional In O pensamento político do presidente: separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 números da Revista "*Cultura Política*" comemorativa do 60^a aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1943.

PANG, Eul-soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1934. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Luis. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

PINTO, Luiz Aguiar Costa. Conflitos de família na era colonial. *Revista do Arquivo Municipal*. v. LXXXIV. São Paulo, 1942.

PORTO, Walter. *O voto no Brasil: da colônia à Quinta República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). *Revista de História*. n. 117. São Paulo, 1984.

PHILLIPS, Roderick. *Untying the knot: a short history of divorce*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local e a vida política no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. *A crise do poder no Brasil (problemas da revolução social brasileira)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

REVOLUÇÃO DE TRINTA, A: Textos e Documentos. Brasília: Editora da UNB, 1982.

RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968.

SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. São Paulo: J. Magalhães, 1930.

SANTOS, Wanderkey Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCWHARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade malandra e mestiça In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 29. v. 10. São Paulo, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora da UNB, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon & BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Wanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil* (desenvolvimento, política e classe durante a Segunda República). São Paulo: DIFEL, 1973.

SODRÉ, Néelson Werneck. Um sentido político In O pensamento político do presidente: separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 números da Revista "Cultura Política" comemorativa do 60^a aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1943.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WORSLEY, Peter. O conceito de populismo In TABAK, Fanny (Org.). *Ideologias-Populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1973.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VIANNA, Ataliba. *Gente sem raça*. São Paulo: Nacional, 1944.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Evantina P. O Congresso Classista de 1935 e o projeto de dominação: influências na prática política da época e o pensamento autoritário- *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 82. Belo Horizonte, 1996.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VITORINO, Manoel. *Idéias políticas*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953.

Ricardo Luiz de Souza é mestre em Sociologia e doutorando em História pela UFMG E-mail: riclsouza@uol.com.br

Recebido em: 28/04/2003.

Aceito em: 15/01/2004